O POSICIONAMENTO DA ELITE POLÍTICA REGIONAL NAS INSTITUIÇÕES DE UMA COMUNIDADE DE IMIGRANTES ALEMÃES NO INTERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: O CASO DE SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA FUMAGEIRA*

Andrius Estevam Noronha**

RESUMO: Este artigo tem por objetivo a análise dos posicionamentos da elite política de Santa Cruz do Sul nas instituições como a Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul (ACI), Sindicato da indústria do fumo (Sindifumo), Associação dos fumicultores do Brasil (Afubra), Festa Nacional do Fumo (Fenaf) e o jornal Gazeta do Sul. Limitamos a análise na atuação das entidades ligadas ao setor fumageiro no contexto de acelerada internacionalização desse setor a partir de 1966. A escolha dessas entidades se deve pela importância estratégica que elas representam para a projeção da elite política de Santa Cruz do Sul e por estarem presentes nas discussões em torno do desenvolvimento da economia regional. O período de analise deste estudo é a década de 1960 e 1970, período esse marcado pelo processo de desregulamentação da indústria local e a acelerada inserção do capital estrangeiro na economia, nomeadamente a do setor fumageiro.

PALAVRAS-CHAVE: elite política; Santa Cruz do Sul; Economia Fumageira; instituições.

ABSTRACT: This article aims at analyzing the posture of the political elite of Santa Cruz do Sul as part of associations like the Commercial and

* Esse artigo é um resumo da Dissertação de Mestrado "Instituições e elite política de Santa Cruz do Sul no contexto de Internacionalização da Economia Fumageira. (décadas de 1960 e 1970)", defendida em Fevereiro de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Essa pesquisa contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

** Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestre em Desenvolvimento Regional e Graduado em Estudos Sociais pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professor de Educação Popular no Projeto Escola de Fábrica do Ministério da Educação e Cultura. Email: andriusds@hotmail.com.

Industrial Association of Santa Cruz do Sul (ACI), The Union Tade of the tobacco processing companies (Sindifumo), the tobacco growers' association (Afubra), the National Tobacco Festival (Fenaf) and Gazeta do Sul Paper. The study is limited to the influence of these entities regarding the context of an accelerated internationalization of this sector from 1966 onward. These organizations were selected due to their strategic importance in the prominence of the political elite of Santa Cruz do Sul, and also for their presence in all debates about local and regional development. The study focuses on the decade 1960/1970, in which remarkable deregulation process of the local industry and increasing intervention of international capital, mainly in the tobacco sector, took place.

KEYWORDS: political elite; Santa Cruz do Sul; Tobacco-Based Economy; entities.

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre o papel da elite política[1] de Santa Cruz do Sul no contexto de internacionalização da economia fumageira no período compreendido entre os anos de 1960 e 1970. A análise da ação política desse segmento, dentro de uma perspectiva histórica, contribui para a compreensão do desenvolvimento regional, nomeadamente o de Santa Cruz do Sul, no período proposto; e permite inferir as estratégias políticas que contribuíram para a elite local a fortalecer as instituições que ao mesmo tempo, lhe garantiram a manutenção de seu poder político e permitiram o desenvolvimento de uma nova agenda político-econômica voltada ao capital internacional. Nesse caso, a análise focará a atuação da elite política de Santa Cruz do Sul em instituições como a Associação Comercial e Industrial (ACI), o Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), a Festa Nacional do Fumo (Fenaf), a Associação dos fumicultores do Brasil (Afubra) e o Jornal Gazeta do Sul. Consideram-se, ainda, as estratégias da elite política regional para a vinculação entre o desenvolvimentismo econômico e o discurso de uma identidade étnico-cultural germânica o que permite entender o posicionamento dessa elite na relação entre capital internacional, nomeadamente do setor fumageiro, e os aspectos ligados à tradição comunitária da região.

[1] A utilização do termo *elite política* no singular, não implica que exista uma homogeneidade desse segmento em Santa Cruz do Sul. A utilização no singular deve-se por uma opção conceitual em torno das relações e do engajamento comunitário dessa elite em Santa Cruz do Sul.

A partir destes objetivos a pesquisa problematiza três questões: a primeira diz respeito à coerência ideológica da elite política de Santa Cruz do Sul que, através de seu engajamento nos setores públicos, privados e associativos, construiu estratégias políticas e econômicas que estimularam o crescimento econômico do município, bem como o discurso desenvolvimentista que legitimou tais estratégias. A segunda problemática enfoca o posicionamento político da elite local no processo de internacionalização da indústria fumageira decorrente da abertura da economia ao capital estrangeiro no período estudado. Num terceiro momento procura-se apontar de que modo instituições como ACI, Sindifumo, Afubra, Fenaf e a Gazeta do Sul, serviram à elite política de Santa Cruz do Sul na implementação de políticas para o desenvolvimento regional, e para o fortalecimento de seu poder político local.

A bibliografia existente sobre o comportamento político da elite de Santa Cruz do Sul e suas estratégias institucionais para o entendimento do desenvolvimento regional no período da implantação da ditadura militar é ainda lacunar. Ela compreende especialmente as pesquisas de Krause (2002) relativas ao período da República Velha (1889 – 1930) e relaciona o comportamento político da elite comercial com sua filiação religiosa, e de Heinz (2000), que aborda a genealogia da elite política de Santa Cruz do Sul no mesmo período, e Cadoná (2002), que aborda o comportamento da burguesia industrial de Santa Cruz do Sul no período de industrialização e internacionalização da indústria fumageira (1940 a 1976).

Para alcançarmos os objetivos propostos e as problemáticas levantadas, dividimos este artigo em três capítulos. O primeiro categoriza "elite política", no contexto de formação do Estado-nação e as instituições da sociedade civil, e a sua formação nesse processo, além de sua atuação no contexto regional, visto que o projeto de homogeneização do Estado-nação encontrou obstáculos nas comunidades regionais. O segundo, aborda a formação da elite política de Santa Cruz do Sul na primeira metade do século XX, período em que a economia fumageira de capital nacional e regional passa a se consolidar como foco central das estratégias de desenvolvimento da elite política local. O terceiro capítulo aborda o engajamento da elite política nas instituições acima citadas, no contexto de internacionalização da economia fumageira, o papel que cada instituição cumpriu no processo de internacionalização, a pressão da conjuntura econômica nacional e internacional na desregulamentação da economia fumageira e o posicionamento da elite política de Santa Cruz do Sul frente a esse processo.

1 CARACTERIZAÇÃO DO CONCEITO "ELITE POLÍTICA"

O conceito de elite exposto nesse trabalho tem como parâmetro o campo da história, sem descuidar das contribuições que a sociologia e ciência política oferecem nos estudos desse conceito clássico das ciências humanas. Para Norberto Bobbio "em uma sociedade, existe sempre, e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada" (1992, p. 386). O extrato da sociedade que reúne condições para exercer estrategicamente o controle do poder decisório no campo político, ideológico e econômico é essa minoria nomeada elite política. Bobbio (1992) destaca que este segmento detém o controle do campo político na maioria das sociedades tradicionais ou modernas e, estando organizada institucionalmente, pode, em última instância, recorrer à força para tornar válidas suas decisões.

Georg Simmel (1983) adota o conceito de aristocracia e afirma que ela só pode existir se for relativamente pequena. O autor afirma que a condição vital para a manutenção e reprodução da aristocracia é que seus grupos sejam relativamente ou absolutamente pequenos. O tamanho do grupo é o elemento central na análise de Simmel ao explicar a capacidade de controle do poder político por parte da aristocracia. Para ele, o pequeno grupo possui capacidade de se apropriar da personalidade de seus membros, e esse é o verdadeiro caráter da sua força. Já grupos grandes, apresentam diversidade de interesses: "a ausência de órgãos grupais, de reservas e de elementos transitórios e relativamente indefinidos, torna difíceis a modificação e a adaptação" (SIMMEL, 1983, p. 96). Por isso, ao se pensar elite política, na visão de Simmel, é importante levarmos em consideração a peculiar mistura sociológica da organização grupal dos indivíduos, que podem estar em posição superior ou de subordinação.

De acordo com Jean Duma (2003, p. 101), os critérios tradicionais para caracterizar "elite" podem ser identificados por cinco pontos fundamentais: "o nível de fortuna, o peso da genealogia, as funções ocupadas, a questão da identidade de um grupo e a maneira pela qual ela vai se definir através de um culto da distinção e da aparência". Esses elementos já são tradicionais nos estudos sobre elite e nos oferecem a possibilidade de definir com clareza os mecanismos de reprodução social desse segmento; eles são os principais critérios para a definição política desse termo nas ciências humanas, porque, em praticamente todas as sociedades, encontramos pelo menos um desses elementos nos grupos de comando das áreas políticas, econômicas e sociais.

Na mesma linha de pensamento, Flávio Heinz (1999) afirma que a elite não poderia ser pensada unicamente na forma econômica ou política, porque a busca por riqueza, influência, prestígio, genealogia e conhecimento não seriam redutíveis a uma ou outra dessas dimensões.

Na análise clássica do conceito de elite nos estudos de Vilfredo Pareto (1996) e Gaetano Mosca (1975), evidencia-se a capacidade de engajamento desse segmento na manutenção de estruturas sociais que possam garantir seu prestígio, o monopólio do poder político e, ainda, incentivar condições para as transformações nas relações econômicas, sociais e políticas, com a manutenção de sua posição de comando. Para estes dois autores o conceito de elite é a chave das pesquisas no campo das ciências sociais. Para eles, entender as relações do poder político nas distintas sociedades durante a história, passa a ter um componente novo na elaboração teórica dos cientistas sociais. O termo *elite* possui uma flexibilidade conceitual ampla, mas é utilizado majoritariamente em pesquisas para classificar setores que detém o poder político ou econômico. Além disso, o conceito nomeia estratos sociais vinculados à burocracia, ao conhecimento, à religião, sem mencionar os grupos estrategicamente organizados em sociedades secretas, como a maçonaria.

Assim fica claro que a elite política possui uma origem social descentralizada, muitas vezes estrategicamente articulada nas instituições da sociedade civil, o que significa que não é apenas a burocracia estatal que fornece projeção política. E esse é um elemento fundamental para se entender a elite política: ela não se restringe genericamente a semelhanças de origem econômica, social ou cultural, mas de a coordenada capacidade de intercâmbio estrutural. O setor econômico, burocrático, religioso e intelectual, entre outros, fornece todas as condições para os mecanismos de reprodução social desse segmento.

Pareto (1996) é um economista que abre a discussão sobre a teoria da elite na modernidade[2], usando o conceito de *elite dirigente*. O autor aponta dois elementos na forma de atuação desse segmento: a persuasão e a capacidade de exercer a força. Para o autor, a noção de elite está centrada na qualidade de um segmento em todas as relações sociais. No caso do governo, ele afirma haver uma circulação da elite, um processo de renovação

[2] Wright Mills (1965) em nota, afirma que Pareto é pioneiro na literatura moderna de classificar estratos que possuem ou adquirem algum tipo de valor estamental na época atual. Pareto chama de elite os que sabem mais, os que ganham mais, os que mandam mais, etc. em comparação aos que nada conseguem.

contínua. De acordo com Pareto (1996, p. 79): "A História nos ensina que as classes dirigentes sempre tentaram falar ao povo a linguagem que elas acreditavam não ser a mais verdadeira, mas a que melhor convinha ao objetivo a que elas se propunham".

De acordo com José Murilo Carvalho (1996), podemos apontar duas críticas estruturais à teoria da elite desenvolvida por Pareto: primeiro a vinculação que ele tenta fazer entre ciclo político e econômico com psicologismo fechado de força e persuasão, o que não caberia na análise dos países socialistas e nem nas sociedades capitalistas avançadas. Em segundo lugar, Carvalho (1996) aponta uma restrição metodológica na abordagem teórica desenvolvida por Pareto, ao limitar as noções de elite exclusivamente à questão força e persuasão: "a classificação dos regimes políticos de acordo com o menor ou maior uso da força e persuasão é de pouca utilidade por deixar de lado uma série de outras dimensões importantes e impelir a distinção dentro dos dois grupos" (CARVALHO, 1996, p. 22).

Gaetano Mosca (1975), fundamenta sua teoria da elite no conceito de *classe política*. O autor afirma que o monopólio de poder está justamente centrado na habilidade do controle de alguma força social (a religião, o dinheiro ou armas) que seja hegemônica em determinados grupos sociais. A transformação social, para Mosca está justamente ligada à obtenção dessa força social. O grupo que conseguir incorporar a força social predominante na sociedade deterá o poder. Ainda, de acordo com Mosca, a civilização evoluiu com base na formação de regras morais: "Tudo isso não podia ser conseguido senão pela reunião de numerosos grupos humanos, a fim de formar uma sociedade única cuja organização estivesse fundada essencialmente sobre a colaboração, consciente ou inconsciente, dos indivíduos que dela fizessem parte" (MOSCA, 1975, p. 14). Essa colaboração estaria por trás dos mecanismos de desenvolvimento da força social. As sociedades mulçumanas, as sociedades agro-exportadora, as sociedades industriais são alguns exemplos apontados por Mosca.

A crítica à tese de Mosca baseia-se na sua limitação "sociologista": *"uma coisa leva a outra"* como aponta Carvalho (1996). De acordo com Mosca, numa sociedade que possui um predomínio social baseado na monocultura haverá governo oligárquico; se houver predomínio social baseada na religião, como no islamismo, terá governo sacerdotal, e assim por diante. Essa tese não explica a noção de classe política na formulação e na manutenção das estruturas institucionais de poder, principalmente quando se analisa a forma de organização com que as classes políticas (utilizando

aqui o termo de Mosca) se articulam nas instituições da sociedade civil ou no aparelho do Estado.

O conceito de elite apresenta, como se percebe, uma descrição bastante variável. Em todas as organizações sociais, as relações de poder fazem parte de uma complexa estrutura psicológica, cultural e social. E sempre haverá um setor que detém o mando ou coordene as ações de um determinado grupo. Portanto, em termos teóricos, é necessária uma tipificação do conceito de elite: política, econômica, intelectual, sindical, agrária ou burocrática.

Heinz (2000) afirma que o papel desempenhado pela elite política em determinados momentos históricos pode ser entendido invocando três questões de ordem teórica. Em primeiro lugar o autor explica a forma de constituição dessa elite, depois analisa a forma de poder que essa elite pode exercer – nesse caso, aponta Bobbio (1992), este segmento pode se articular tanto em regimes democráticos como autoritários – e, por fim, apresenta os mecanismos de execução desse poder com suas respectivas estratégias de reprodução social.

A análise da formação do Estado Nacional moderno permite entender a formação da elite política contemporânea que introduz na sociedade uma forma de organização burocrático-institucional com duas vertentes: primeiro, a centralização da burocracia e, segundo, a organização de uma violência institucionalizada e racional. Para Maltez "a legitimidade está para o poder político como a justiça está para o direito" (1996, p. 153), e, nesse processo, o Estado moderno desregulamenta todas as formas de poder que existam dentro de sua esfera territorial.

A partir da análise em torno do Estado Nacional moderno, procuramos o entendimento das estratégias políticas ligadas às Instituições criadas pela sociedade civil. O processo de racionalização do Direito na estrutura estatal, que se inicia a partir da Renascença e alcança seu auge no Iluminismo, possibilitou uma nova forma de organização social e política que era inviável no período anterior ao Estado moderno. O período renascentista forneceu a capacidade de poder para o Estado Nacional, além de garantir a formação da elite política moderna através do monopólio da violência e da centralização política[3].

[3] Ver SILVA, Mozart Linhares da. O império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado – nação no Brasil. Curitiba: Juruá, 2003.

De acordo com Maltez (1996), a elite política, ao longo de sua existência, teve que enfrentar quatro problemas para a legitimação de seu poder: primeiro, consolidar as formas e mecanismos de construção do Estado como estrutura legal; segundo, criar mecanismos que incentivassem a adesão afetiva dos cidadãos, inserindo o conceito de nação; terceiro, possibilitar mecanismos de participação e engajamento das comunidades através das instituições da sociedade civil e, quarto, garantir o monopólio da força para a consolidação de seu poder político.

Esses quatro elementos se legitimaram pela capacidade de incorporação do território dentro de mecanismos legais, introduzindo a noção de *território* como propriedade privada, estabelecendo, assim, a ligação entre poder e território. As monarquias do século XVIII foram pioneiras na consolidação desses mecanismos, e a criação do Estado-nação procurou incorporar em seu espaço territorial todo o sistema que garantisse a homogeneização das comunidades regionais, através de um ensino unificado, costumes e de um exército permanente. Portanto, o território é a gênese do Estado moderno, e cria a idéia de fronteira, estabelecendo com isso o instinto territorial, baseado na dicotomia civilização versus barbárie. Para Maltez (1996, p. 208): "só com o Estado moderno a fronteira adquiria uma dimensão de ordem política, resultante da espiritualização do próprio território".

Apesar da tentativa de homogeneização levada a cabo pela estrutura burocrática do Estado, as regiões sempre foram pauta no debate sobre as disparidades econômicas, sociais, culturais e políticas que o Estado Nacional não conseguiu extinguir. Essa luta dos cientistas, planejadores e teóricos do Estado moderno de expandir uma geometria territorial sobre uma aritmética da população não foi um processo evolutivo e homogêneo, como previa a elite política do Estado Nacional moderno.

Em dimensões nacionais, o quadro burocrático forneceu uma inovação na estrutura orgânica do poder, tendo como base o processo de racionalização e a imparcialidade das relações na sociedade e no Estado. No entanto, essa análise não pode ser tomada como homogênea para um claro entendimento das relações de poder da elite política em âmbito regional. Nesse caso, a abordagem das estruturas de poder em esfera regional deve ser entendido dentro da formação sociológica das instituições organizadas pela sociedade civil, principalmente quando se verifica em elementos de identidade cultural, pois, não havendo uma estrutura orgânica para a formação da elite tecnocrata dentro das carreiras do Estado, a elite regional se

apóia, muitas vezes, nas comunidades organizadas, tanto de caráter cultural como econômico, mas que tenham uma identificação com o grupo a que pertence.

2 A ELITE POLÍTICA DE SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA FUMAGEIRA (1930-1960)

O processo de formação da sociedade de Santa Cruz do Sul está ligado à estratégia do governo brasileiro e gaúcho de povoar os espaços desocupados da região norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1849 inicia-se o processo de formação da colônia de Santa Cruz do Sul, com a ocupação de áreas disponíveis por imigrantes vindos da Alemanha.

Esses imigrantes receberam lotes para o desenvolvimento de pequenas propriedades familiares, rompendo, nesses locais, com a lógica da concentração de terras ociosas, muito comum na estrutura fundiária brasileira. Vale lembrar que, em 1850, foi assinada a Lei de terras[4], que permitia aos poderes provinciais organizar colônias de imigrantes para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Esse processo é responsável pela estrutura social, política, econômica e cultural dos núcleos de imigrantes que se formaram nessa fase. Em relação a Santa Cruz do Sul, Silvana Krause (2002) assim analisa os aspectos econômicos que emergiam na recém fundada colônia:

> Os colonos, nesta fase, produzem para suprir suas necessidades básicas e praticamente inexiste o consumo de bens que não sejam produzidos na própria unidade familiar. A circulação de moeda também é rara e as relações econômico-comerciais são primárias, sendo predominante à troca de mercadorias. Cada unidade familiar é uma economia auto-suficiente, praticamente inexistindo o excedente na produção agrícola. (KRAUSE, 2002, p. 39).

[4] Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulo de posse mansa e pacífica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (LEI n. 601, de 18 de setembro de 1850). Sobre o assunto ver Carvalho (1996) e SILVA, Lígia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio- Efeitos da Lei de 1850*. Ed. Unicamp, Campinas, 1996.

A este respeito podemos nos reportar à pesquisa de Heinz (2000) que faz três questionamentos em sua análise sobre a elite política de Santa Cruz do Sul no período da República Velha. Em primeiro lugar, entender como seria a face da elite política de Santa Cruz do Sul que se forma dentro de um núcleo de colonização alemã. Em segundo lugar, qual o segmento dessa elite que emergiria a uma posição de comando na política local. Em terceiro lugar, quais seriam os motivos que levaram esse grupo a assumir uma hegemonia política na sociedade de Santa Cruz do Sul. A pesquisa de Krause (2002) se aproxima à de Heinz (2000), tanto pelo período – os dois analisam a República Velha – quanto pelos atores sociais – elite comercial para Krause, e elite política para Heinz – o que contribui para compreendermos a formação social deste segmento em Santa Cruz do Sul.

A bibliografia que aborda a formação de Santa Cruz do Sul, como a de Montali (1979) ou Godinho (1980) fica muito vinculada às transformações de ordem econômica. O processo de modernização esteve estreitamente vinculado a seu principal produto, o tabaco, que garantiu sua inserção nacional e internacional. Ao abordarmos o perfil da elite política, em comunidades como a de Santa Cruz do Sul, partimos de dois elementos que são específicos de sua formação sociológica:

Em primeiro lugar, deve-se levar em conta a origem de sua sociedade, a colonização alemã, a partir de 1849. Nesse período, a elite nacional estava preocupada na consolidação institucional e territorial do Estado brasileiro. De acordo com Luciana da Costa Job: "Uma das peculiaridades desta imigração, era a concentração em poucas regiões, o que acabou por formar colônias etnicamente homogêneas, mais tarde consideradas suspeitas de separatismo. Esta política imigratória era tida como isolacionista e de enquistamento, pois formaria colônias homogêneas" (JOB, 2003, p. 18). Portanto, o principal fator na formação da colônia de Santa Cruz do Sul, está ligado a seu componente estratégico na ocupação territorial através de uma distribuição eqüitativa de terras para os imigrantes, com a finalidade de formar uma classe intermediária no Rio Grande do Sul. Esse processo é encontrado, na formação sociológica do Brasil, somente em casos isolados de modo a evitar o tensionamento entre a elite política nacional[5] e os pequenos proprietários.

O segundo e importante elemento é pela capacidade de produção de um produto mundialmente consumido, o tabaco. Num primeiro momen-

[5] Vinculada especialmente na oligarquia agrária.

to, no entanto, a produção de fumo atendia basicamente ao mercado interno brasileiro. Com a industrialização e o crescimento das exportações, ao longo do século XX, a cidade deixa de ser uma comunidade interiorana isolada para se integrar ao mercado nacional e internacional. O parque industrial é revolucionado, provocando uma nova corrente imigratória e a atração de novos atores econômicos que mudam o perfil sociológico da cidade. Esse processo gera, uma reação, pois, na medida que a sociedade fica complexa, a comunidade resultante procura mecanismos de dissuasão social ou incorporação de novos elementos que garantam sua modernização e a integração com o exterior.

Nessas bases a economia fumageira é o principal ramo produtivo de Santa Cruz do Sul e garantiu a expansão econômica e a ruptura com as práticas tradicionais na comunidade que inviabilizavam sua modernização. De acordo com Krause (2002, p. 15), "as transformações econômicas ocorridas nessas zonas coloniais não se limitaram ao desenvolvimento da agricultura, mas desenvolveu-se também uma economia moderna baseada no comércio, em um sistema bancário e na formação de indústria". A formação social, política e cultural da comunidade ao longo do século XX possui forte ligação com esse setor, em diferentes níveis de integração com o mercado nacional e internacional, moldando os posicionamentos e o discurso da elite de Santa Cruz do Sul.

O processo de integração e desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Sul necessitava de um produto que gerasse renda em proporções superiores ao volume dos produtos já produzidos nas primeiras colônias de imigrantes europeus que se instalaram em São Leopoldo a partir de 1824. De acordo com Vogt (1997) o fumo já era cultivado por tribos indígenas na região central do Rio Grande do Sul, antes da chegada dos lusos. Mas foi com a colonização alemã que o cultivo se intensificou, a partir de 1849, quando se estabeleceram as primeiras famílias de imigrantes em Santa Cruz do Sul.

O cultivo do fumo se alinha à primeira etapa do desenvolvimento da colônia, até meados de 1860. Santa Cruz do Sul passa a se especializar em um produto transportado facilmente e rentável para os padrões da época. De acordo com Vogt (1997) o fumo de Santa Cruz do Sul foi se firmando no mercado interno e externo, fornecendo as bases para a modernização econômica, social e política da comunidade.

No processo de consolidação do fumo como produto de expansão e desenvolvimento econômico, nota-se que a elite política passa a se

engajar na melhoria de sua produção lançando assim as bases para o fortalecimento da identidade regional vinculada à economia fumageira. O intendente municipal, Adalberto Pitta Pinheiro (1900 – 1904), em sua gestão, determinou a importação de sementes oriundas dos principais municípios produtores da Bahia. Pinheiro avalia, em seu relatório de 1903 apresentado ao conselho municipal, que o fumo trouxe o "renascimento da cultura no município cuja produção em anos anteriores teria chegado à depressão lastimável" (VOGT, 1997, p. 85). Na verdade, os anos de 1903 e 1904 foram os piores da agricultura de Santa Cruz do Sul, mas os esforços levados a cabo pela elite política da cidade surtiram efeito a partir de 1908.

Nos estudos sobre a elite política de Santa Cruz do Sul (HEINZ, 2000) elaborou um estudo prosopográfico e constatou que, no período da República Velha, a elite política estava assim distribuída profissionalmente: 10 comerciantes, sete agricultores, sete proprietários, quatro industriais, três advogados, dois médicos, dois notários, um militar, um dentista, um jornalista, um agrimensor e um seleiro. Heinz (2000), no entanto mostra bastante cautela, pois a elite política possui uma identificação profissional múltipla. Esses dados levantados pelo pesquisador não representam, necessariamente, uma regra para o período estudado. Mas nos leva a refletir sobre o caráter urbano da elite política, embora a pesquisa de Heinz se concentre no período da República Velha, em que a população rural é superior.

No que diz respeito à tradição germânica e comunitária da elite política de Santa Cruz do Sul, destacamos o termo estudado por René Gertz: V*olksgemeinschaft*. Palavra alemã que traduz o conceito de comunidade étnica ou comunidade nacional, estruturada na crença de origem comum e de um sentimento de vida em comum. Esse processo pode ser considerado o ponto de partida para o entendimento da cultura comunitária idealizada pela elite política de Santa Cruz do Sul. Nesse sentido vale destacar as palavras do intendente Galvão Costa ao rebater a tentativa de interferência política na comunidade tentada por Borges de Medeiros em 1912: "…somos alemães, precisamos na direção de alguém de nossa raça e não de um caboclo atrasado…" (GERTZ, 1991, p. 31).

Isso mostra que o Germanismo teve fortes raízes em setores da elite política de Santa Cruz do Sul. Para o autor, é inegável que a elite urbana estava inserida na cultura germanista. Mesmo que esse quadro não estivesse muito perceptível entre os camponeses e setores da classe média, podemos observar que o contexto criado nesse período favoreceu à penetração da

ideologia em amplos setores de Santa Cruz do Sul[6]. De acordo com Luciana da Costa Job (2003), a identidade étnica de Santa Cruz do Sul é um forte elemento de inserção política. "A comunidade como um todo, rural e urbana, tem a língua alemã, como a segunda mais falada na região, sendo a marca distintiva da origem étnica, que produz a representação de sua cidadania teuto-brasileira" (JOB, 2003, p. 13).

O processo de formação de Santa Cruz do Sul, com a política imigratória orquestrada pelo Estado brasileiro no período monárquico e o isolamento das colônias, cria a base para a construção do imaginário "colono-herói", relatando as dificuldades enfrentadas pelos primeiros imigrantes que formaram a comunidade. Sua sobrevivência representa um marco de superioridade, fruto de sua etnia e de sua cultura vinculadas ao *ethos* do trabalho. Portanto, a preservação desses elementos seria de fundamental importância para os mecanismos de reprodução de sua elite, que vinculava o colono pioneiro e sua grande capacidade de trabalho com sua origem étnica.

Marinês Neumann (2005) analisa a formação de associações pelos imigrantes, e a cultura associativa entre 1850 a 1950, englobando um período marcado pela forte tradição Germanista na comunidade. Neumann (2005) afirma que o associativismo de Santa Cruz do Sul tem caminhado em paralelo com a formação da própria comunidade. Esse associativismo possuía forte tradição cultural de "preservação" da cultura alemã, e durou até o processo de assimilação forçada orquestrada pelo Estado Novo. Neumann não aborda o engajamento da elite política local nas associações, mas seu trabalho nos permite compreender os mecanismos ideológicos da cultura comunitária de Santa Cruz do Sul.

A narrativa sobre a identidade étnica construída pelos teutos forneceu um poderoso instrumento pedagógico que estimulou o empreendedorismo comunitário gerando as bases para a expansão econômica. Ao anular as diferenças, através do discurso, e homogeneizar as posições políticas e culturais, a elite política de Santa Cruz do Sul desenvolveu um mecanismo de forte enraizamento comunitário vinculando sua origem étnica alemã ao sucesso da economia fumageira.

Uma característica marcante da cultura política de Santa Cruz do Sul é o predomínio dos teuto-descendentes na vida política. De acordo com as pesquisas de Schmidt, podemos constatar que cerca de 75% da elite políti-

[6] As teorias raciais e a própria formação do Estado alemão estava ligado a sua origem étnica.

ca de Santa Cruz do Sul, ao longo dos seus 120 anos de história política foi de descendência alemã, tanto no poder executivo quanto no legislativo. "Desse modo, mais do que preconceito racial, o predomínio numérico dos teuto-descendentes nos cargos políticos pode ser interpretado como conseqüência do espaço que ocupavam na vida social, cultural e econômica do município" (SCHMIDT, 2004, p. 3).

Pode-se afirmar que o discurso germanista foi importante na formação cultural da elite política da comunidade, mas a partir de 1937, com a Campanha de Nacionalização posta em prática por Vargas, ele dá lugar a um discurso vitimizador. Esse discurso é altamente eficiente tanto no engajamento político e econômico quanto na própria supervalorização da cultura germanista.

3 INSTITUIÇÕES E ELITE POLÍTICA DE SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA FUMAGEIRA (DÉCADAS DE 1960 E 1970)

Nesse capítulo será analisada a participação da elite política de Santa Cruz do Sul nas instituições da sociedade civil organizada, entendidas como as estratégias das principais entidades na industrialização da economia local num contexto marcado pela internacionalização da economia fumageira. O golpe de 1964 representou não apenas uma mudança na conjuntura nacional, mas também redirecionou os rumos da economia local. A elite política, vinculada ao setor empresarial, aderiu majoritariamente ao novo regime, não sendo encontrada qualquer manifestação contrária ao movimento que instalou o Regime Militar, tanto nas reportagens do jornal Gazeta, quanto nas atas da ACI, Afubra ou Câmara de Vereadores.

Aqui vamos analisar a importância das entidades em que a elite política teve participação efetiva, num contexto marcado pela internacionalização do setor fumageiro, desencadeada, principalmente, após a implantação da política econômica do governo militar. Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul (ACI), que teve papel de solidificar a elite política local vinculada ao comércio e a indústria. As entidades vinculadas ao setor fumageiro: Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), Associação dos Fulmicultores do Brasil (Afubra) e a Festa Nacional do Fumo (Fenaf). O

[7] Depoimento de representante da elite política e industrial, diretor da ACI na década de 60 e 70.

estudo dessas entidades se deve pelo engajamento comum que possuíam na defesa da economia fumageira.O jornal Gazeta do Sul que expressa os posicionamentos da elite política, além de manter esse segmento em contato direto com a comunidade.

A Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul (ACI) foi a base para a política de desenvolvimento econômico orquestrada pela elite política local. Vários integrantes da diretoria dessa entidade estiveram no poder público municipal, mostrando o engajamento dos empresários na vida política de Santa Cruz do Sul. Durante o período militar, a ACI desenvolveu uma série de estratégias visando criar condições para a modernização do parque industrial de Santa Cruz do Sul. A entidade tinha claro que a economia de Santa Cruz do Sul estava passando por uma fase de transformações em função da nova política econômica implantada pelos militares a partir de 1964.

Merece destaque a grande capacidade de mobilização da Associação em defesa da economia industrial e agrícola do setor fumageiro. De acordo com Marco André Cadoná (2002), a economia fumageira tinha grande capacidade de mobilizar amplos setores da vida econômica e política da cidade, localizando-se no centro das discussões em torno do desenvolvimento de políticas públicas estruturais para a cidade, como a ampliação da rede de eletricidade, rodovias, saneamento e telefonia.

A defesa da comunidade e o discurso corporativo são estratégias evidenciadas não apenas nos registros das atas de reunião da ACI, mas nas próprias entrevistas com representantes da elite política e econômica de Santa Cruz do Sul:

> A ACI sempre teve um papel muito importante na defesa de interesses locais e interesses comunitários mais amplos que os setoriais. Os interesses setoriais, via de regra, eram tratados diretamente. Não só pelas indústrias do fumo como por outras indústrias também. Nós éramos vinculados ao Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos, quando nossa indústria tinha um problema eu não ia buscar apoio na Associação Comercial. Nós íamos ao nosso sindicato, nosso sindicato ia à Federação das Indústrias e ao Governo do Estado, ao Ministério da Agricultura, ao Secretário da Agricultura etc. Então, os interesses setoriais eram e continuam sendo tratados automaticamente por que são muito específicos, né? E normalmente transcendem aos limites do municio também. Então a nível de atuação era em nível federal no que diz respeito a problemas federais e no Estado. Os problemas locais aqui praticamente não existiam. Quando existiam, a ACI

> poderia intermediar,mas as indústrias iam direto ao prefeito e procuravam suas soluções. A ACI sempre teve um papel destacado e atuante nos assuntos que transcendiam os interesses específicos, digamos, de uma ordem econômica, de uma ordem financeira, de uma ordem institucional, por exemplo. Então se preocupava com transporte, comunicação, instalação a ampliação, mudança da matriz, digamos, econômica do município, diversificação de indústrias, busca, atração de novas indústrias, enfim, coisas dessa natureza.[7]

Em relação aos posicionamentos político-partidários, os empresários procuravam estar alinhados a partidos fortes no âmbito nacional. Durante o período populista (1945 – 1964) a maioria dos diretores da ACI era filiada ao PSD, enquanto que no Regime Militar (1964 – 1985), a maioria se filiou ao partido de situação, a ARENA. Essa tendência se explica em função do estabelecimento de uma aproximação com o poder público estadual e federal. Através das entrevistas com representantes da ACI, percebemos que esse alinhamento era necessário para manter uma linha de aproximação com o governo, tanto na esfera estadual quanto federal.

Outra característica da entidade é a afinidade ideológica com a Fiergs e a Federasul, registrada na ata n. 216 de setembro de 1962, quando um dirigente da Federasul veio à cidade avaliar a conjuntura política nacional com os dirigentes da ACI.

> O ilustre presidente da federação das associações comerciais atenderá convite da Associação Comercial desta cidade. (..) A Associação Comercial de Santa Cruz do Sul receberá visita oficial do Dr. Álvaro Coelho Borges, presidente da federação das Associações Comerciais do Estado. (..) O ilustre atenderá convite da entidade local do comércio e indústria e aqui manterá contatos com as classes conservadoras, esclarecendo-as sobre a orientação das entidades em relação à conjuntura econômica nacional. (…) Recepcionado pelos diretores da Associação Comercial na sede da mesma ocasião em que será interado dos projetos de expansão em andamento naquela entidade de classe. Com enorme interesse, ao convite da entidade local considerado uma referencia toda especial a "metrópole do fumo".[8]

Em relação ao Sindifumo, nota-se que essa entidade possuía uma estratégia de bastidores na ação política. Em todos os eventos envolvendo setores do campo político e econômicos da cidade, o Sindifumo mostrou-se eqüidistante, atuando, principalmente, na retaguarda da elite política e

[8] Gazeta do Sul, 1º de Setembro de 1962, ano 18 n. 103, p. 01.

econômica de Santa Cruz do Sul. Nas entrevistas fica claro o peso da entidade para a construção de candidaturas que defendessem os interesses do setor fumageiro. Para a maioria dos candidatos a vereador ou prefeito de Santa Cruz do Sul a entidade era de fundamental importância para o acesso de investimentos nas campanhas através das doações das empresas.

De acordo com os entrevistados, o dinheiro das campanhas era direcionado aos grupos políticos que melhor se identificavam com os interesses das empresas fumageiras. Mesmo que sua diretoria não tivesse a mesma presença na Câmara de Vereadores ou da Prefeitura, como era mais comum na ACI, é inegável o peso político do Sindifumo. A formação de um sindicato patronal específico do ramo fumageiro nos permite visualizar duas questões: a primeira de que a indústria fumageira está consolidada na economia do município, e a segunda de que o empresariado local ou o diretor das multinacionais do setor fumageiro tinha consciência da importância de se organizar politicamente para desenvolver economia regional.

A Afubra foi organizada a partir de março de 1955, com a finalidade de representar os fumicultores nas discussões em torno do preço do tabaco, além de criar uma série de seguros contra os efeitos climáticos que causavam sérios prejuízos aos plantadores. A conjuntura da organização dessa entidade coincide com a crise na economia fumageira que estava provocando queda na renda dos agricultores. Durante esse período ocorreu uma superprodução de fumo e os empresários do setor não estavam conseguindo comprar as safra que foram recordes, no início dos anos de 1950. Alem disso, os fumicultores não tinham garantias na lavoura, principalmente em relação às chuvas de granizos que provocavam sérios prejuízos econômicos e ainda tinham que conviver com a demora do pagamento da safra pelas empresas.

A crise estava no seu auge quando o governador gaúcho, Ildo Meneghetti, esteve em visita na cidade de Venâncio Aires em 1953, e ouviu as queixas dos produtores. O próprio governador havia sugerido que os agricultores se organizassem numa entidade de classe para que sua capacidade de reivindicação fosse maior frente às empresas e ao poder público. Uma das estratégias dos primeiros dirigentes da entidade foi buscar apoio junto a Igreja católica, com destaque para o Padre Emílio A. Backes que acompanhava e incentivava a filiação dos plantadores na entidade.

O processo de engajamento dos fumicultores na entidade não significou um surgimento de uma nova correlação de forças no campo político da cidade em oposição ao projeto orquestrado pela elite econômica vincu-

lado à ACI e ao Sindifumo. Bem pelo contrário. As principais figuras públicas da entidade participam do campo político hegemônico da cidade. Isso nos permite visualizar o caráter comunitário desse grupo que se articula em perfeita harmonia com as entidades empresariais de Santa Cruz do Sul. No início do processo de fundação da Afubra, o Sindifumo havia se mostrado preocupado com a organização política dos agricultores, porque temiam um enfretamento.

Isso não ocorreu. A Afubra passa ao largo dos debates ideológicos que poderiam criar um clima de disputa política contra as empresas do setor fumageiro. Esse engajamento comunitário fica bem claro ao visualizarmos os dois principais representantes da entidade na sua trajetória política em Santa Cruz do Sul.

O primeiro, e fundador da entidade Harry Antônio Werner, foi vereador pelo PSD na década de 1950 e exerceu o cargo de diretor da entidade por duas décadas. O segundo foi José Avelino dos Santos da ARENA, que inclusive foi o mais votado nas eleições de 1963 e 1968 para a Câmara de Vereadores, mostrando com isso o grande peso que a entidade tinha no cenário político da cidade.

Ambos faziam parte de partidos do campo conservador, tanto na fase democratica de 1945-1964, quanto no regime militar de 1964-1985. Esses dois vereadores integravam os quadros do PSD e a ARENA nos períodos respectivos, demonstrando o afastamento dos debates ideológicos de esquerda na organização política dos fumicultores. Job (2003) atribui a aliança entre camponeses pobres e empresários em torno do desenvolvimento da economia fumageira como fruto de uma complexa articulação sócio-cultural que vincula a ética do trabalho ao desenvolvimento da economia fumageira assentada sobre um capital cultural voltado a valores étnicos.

Neumann (2005), destaca que as instituições fazem uso do discurso de manutenção da germanidade, anulando com isso a diferença de classe. A elite política usava esse mecanismo para reforçar seu poder político e formular as estratégias de desenvolvimento da economia fumageira. A construção do mito em torno do sucesso do imigrante, de origem germânica, produtor de fumo que representava a base do progresso industrial de Santa Cruz do Sul, unia a elite política, ligada a Afubra, e ao Sindifumo.

A vinculação da elite política de Santa Cruz do Sul com a Afubra nos permite inferir que a elite política do campo conservador não necessariamente pertença ao setor empresarial, podendo se estruturar em setores

populares ou movimentos populares[9]. Esse processo permite entender que comunitarismo possui uma forte capacidade de anular as diferenças de classe econômica e política, construindo uma identidade que une os diferentes setores da sociedade de Santa Cruz do Sul.

O engajamento da elite política nas instituições da sociedade civil, principalmente em torno da economia fumageira, une a comunidade em torno do processo de modernização e expansão do mercado fumageiro. Vogt (1997) não considera a Afubra um movimento social, mas, se levarmos em conta a origem e os mecanismos de formação dos movimentos populares campesinos que se originaram no Brasil no mesmo período, percebemos que o caso da Afubra teve peculiaridades, em que o comunitarismo tem um peso significativo. Na reportagem da Gazeta abaixo, fica explícito que a Afubra não fazia um enfrentamento maior com o Sindifumo, quando havia a negociação do preço do fumo:

> Harry Werner presidente da associação dos fumicultores do Brasil (Afubra) faz declarações sobre o abuso no rebaixamento injusto de classe de fumo. Juntamente ressalta recomendações do Sindicato da Indústria do Fumo de Santa Cruz do Sul. "...esta decisão do Sindicato da Indústria conta com o nosso integral apoio, uma vez que remunere devidamente o produtor e que venha ao encontro da necessidade que tem o Brasil de entrar decisivamente, como grande potencia, no mercado internacional. E neste sentido continuaremos a campanha entre nossos associados para eliminarem os tipos de fumo que não satisfazem as exigências do mercado nacional e principalmente a competição do comercio internacional, pois queremos contribuir com a nossa parcela para o engrandecimento da nação".[10]

Esse processo fica mais claro ainda na Festa Nacional do Fumo cujo processo de organização ocorreu logo após os festejos do primeiro centenário de imigração alemã, em 1949. Porém, a festa do centenário e o local onde seria construído o parque do centenário da imigração tiveram suas verbas canceladas pela Câmara de Vereadores. Esse fato se explica pela mudança na cultura e na sociedade, em dois pontos conjunturais.

Em primeiro lugar a crise do discurso étnico provocado nacionalmente pela campanha de nacionalização e, internacionalmente, pelo repú-

[9] Esse processo não teve muita diferença com a formação de movimentos populares de esquerda que estavam sendo organizados no final dos anos de 1950. Em entrevista o próprio Harry Werner foi taxado de comunista na época, mostrando com isso a vinculação que a sociedade tinha com os movimentos sociais que se organizavam na década de 1950.

[10] Gazeta do Sul, 11 de fevereiro de 1965, ano 21, n. 16, p. 01.

dio do Ocidente ao genocídio judeu da II Guerra Mundial. Em segundo lugar, pela ampliação do parque industrial de Santa Cruz do Sul provocada pelo avanço do consumo mundial de tabaco. Portanto, não era estratégico para a elite política de Santa Cruz do Sul reforçar a identidade germanista no final dos anos de 1940.

A expansão das vendas, a capacidade produtiva e a necessidade de construção de uma identidade que projete a comunidade de Santa Cruz do Sul no cenário nacional e internacional foram os fatores para a organização da Fenaf. Mas esse processo não ocorreu sem resistência, pois a organização da Fenaf em detrimento da festa do centenário da imigração não obteve consenso na comunidade, tanto que a I Fenaf foi efetivada somente em 1966, no auge da crise das indústrias fumageiras de Santa Cruz do Sul e da rápida ascensão das empresas de capital internacional.

Na primeira fase de organização do evento, a elite política esteve engajada de maneira periférica, com Ottomar Muench do PTB, presidente da comissão de organização da Fenaf até 1965. Mas as obras de conclusão do parque da Fenaf andavam em ritmo lento entre 1953 até 1965, o que desagradou os vereadores do PSD que exigiam mudanças na organização do evento. Outro ponto de divergência em torno da construção da Fenaf foi seu planejamento vertical, sem participação da comunidade, como vinha sendo feito até março de 1965.

De arcordo com Teichmann (2002), o debate em torno da organização da Fenaf passou por uma nova transformação influenciada pelas reuniões da Câmara de Vereadores em abril de 1965. A elite política se engaja por completo na organização da Fenaf, através de mudanças estatutárias promovidas pelos vereadores que organizaram uma nova comissão, formada pelo prefeito Orlando Baumhardt e por vários integrantes da Câmara de Vereadores com a inclusão da Afubra, passando-se a dinamizar a organização da I Fenaf.

Essa mudança no quadro do engajamento da elite, a partir de 1965, se explica pelo interesse em promover a cidade no cenário nacional da economia fumageira. A elite política viu na mudança de conjuntura nacional causada pelo golpe de 1964 e a entrada massiva de capital estrangeiro na economia fumageira que chegara o momento de efetivar a I Fenaf. Assim que a nova diretoria foi escolhida, as obras foram aceleradas e houve injeção de recursos. Se comparada com a diretoria anterior, essa teve grande participação da elite política e de amplos setores da sociedade de Santa Cruz do Sul.

A primeira Festa Nacional do Fumo ocorreu em 1966. Alguns meses antes a rainha e as princesas, juntamente com as autoridades da Fenaf, viajaram para Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro para promoverem a festa. A cidade passou a ter reportagens veiculadas em vários jornais e revistas de grande circulação do país, como a Revista Cruzeiro, a Folha de São Paulo, O Globo, Revista Veja, Zero Hora e outros. A projeção da cidade em termos nacionais era uma bem elaborada e consciente estratégia da elite política de Santa Cruz do Sul com o seu engajamento na Fenaf. De acordo com as reportagens veiculadas em todo o país, tanto a rainha quanto às princesas da Fenaf foram vestidas em trajes típicos alemães, mostrando que a cultura germânica estava sendo reforçada pelas fumageiras na vida cultural de Santa Cruz do Sul.

Esse reforço da defesa da economia fumageira e da identidade alemã foi central, na análise de Job (2003), para explicar a antropologia da política e da agricultura fumageira de Santa Cruz do Sul. Essa vinculação da identidade alemã com a produção fumageira foi bandeira para a elite política local e esse processo era reforçado nos eventos da Fenaf.

O papel desempenhado pelo jornal Gazeta do Sul foi de fundamental importância para o fortalecimento político da elite de Santa Cruz do Sul. Acompanhando os noticiários do período de 1945 até 1970, percebem-se as estratégias de projeção política dos candidatos através das reportagens veiculadas pelo jornal. De acordo com Marcus Vinícius Minuzzi (2002), o jornal surgiu para o preenchimento de uma lacuna na sociedade de Santa Cruz do Sul. O jornal Kolonie, antecessor da Gazeta, era editado em língua alemã, e teve que fechar em função da entrada do Brasil na II Guerra Mundial.

Em 1945 ressurge com o nome de "Gazeta de Santa Cruz", e, a partir de 1957, "Gazeta do Sul". A importância do jornal para o entendimento dos posicionamentos da elite política de Santa Cruz do Sul na década de 1960, pode ser analisada na figura de Francisco Frantz, que ocupou o cargo de diretor até 1981, ano em que veio a falecer.

> A exemplo de outras empresas de comunicação, a Gazeta também trabalha discursivamente no sentido de instituir uma espécie de aura em torno daqueles sujeitos que lhes deram origem. Assim, Frantz é apresentado como um intelectual, um homem das letras, dono de vasta cultura. E é também colocado como o semeador de valores editoriais pelos quais o jornal se orienta desde sempre, como "liberdade de expressão" e "comprometimento comunitário". (MINUZZI, 2002, p.134).

O valor comunitário apontado por Minuzzi, sempre orientou a Gazeta nas estratégias de legitimação perante a sociedade de Santa Cruz do Sul. Esse discurso também era utilizado pela elite política e econômica da comunidade. A elite política percebia a importância desse instrumento para suas aspirações eleitorais, pois a visibilidade era crucial, tanto para mostrar credibilidade quanto para facilitar a identificação do eleitor.

Norberto Schmidt, do PSD e depois ARENA, foi deputado federal pela região e ganhava todas as primeiras páginas do jornal meses antes das eleições posando sempre como vitorioso.

> Se te perguntaram o que o teu candidato, o deputado Norberto H. Schmidt fez em Santa Cruz do Sul, pelo Rio grande do Sul e pelo Brasil Responde-lhe: Na esfera estadual (1950 – 1958) lei que concede isenção do imposto de circulação de mercadorias..; Lei que alterou o critério da cobrança do então imposto sobre transmissão intervias...Lei que alterou...a então vigente taxa de transporte, dando aos municípios interioranos muito mais participação, a qual teve seu substituto aproveitado. Na esfera federal (1959). Lei concedendo isenção dos impostos de importação para o órgão doado à Catedral de Santa Cruz do Sul... Lei que institui o salário do menor no Brasil...Instituindo no país o "capital de giro" que tantos benefícios tem trazido às classes econômicas nacionais; Inclusão no atual regulamento do imposto de produtos industrializados de dispositivo determinado que o cigarro estrangeiro apreendido seja incinerada, o que praticamente eliminou o contrabando de cigarros e a concorrência ilegal que o produto nacional vinha sofrendo. O fez como o representante da maior zona fumageira do Brasil.[11]

Mesmo quando o MDB começou a ganhar posições na Câmara de Vereadores, o jornal normalmente dava maior abertura para as candidaturas da ARENA. O diretor do jornal, Francisco Frantz, ocupava a diretoria da ACI na década de 1960, o que aproximava muito a Gazeta dos posicionamentos da elite industrial e comercial de Santa Cruz do Sul.

No que diz respeito ao processo de internacionalização da economia fumageira a elite política sempre se esforçou em atrair investimentos externos. Quando o desemprego começou a se tornar preocupante, ela se mobilizou em torno de atração de mais investimentos como o eixo de sua atuação nas políticas públicas, a partir de 1970:

[11] Gazeta do Sul, 17 de outubro de 1970.

> Do ver. Hildo Caspary, pedido de informações ao Executivo sobre: 1) quais as facilidades e as vantagens que estão sendo oferecidas pela municipalidade para a instalação de novas indústrias... se já foi determinada localização de uma área industrial ou distrito industrial... se caso, qual a divulgação que está sendo dada... considerando não só o elevado índice de desemprego em geral. Dirigido ao prefeito municipal.[12]
>
> ... Hildo Caspary...referiu-se ao problema da industrialização de Santa Cruz do Sul, manifestando sua preocupação de que poderá, com a progressiva mecanização, diminuir ainda mais o aproveitamento da mão-de-obra, porque já atualmente se constata uma grande dificuldade de empregos. E reiterou a sugestão de que se motivem grupos interessados na instalação de indústrias no município.[13]

A presença dos estrangeiros na comunidade não despertava nenhuma antipatia, como demonstravam as reportagens do jornal Gazeta durante neste período. A elite sabia da importância dessas empresas para o desenvolvimento econômico de Santa Cruz do Sul:

> Presidente da Reemtsma vista Santa Cruz
>
> ... Sr. Rudolf Sahlenker presidente da Reemtsma Cigaretfenfabriken, de Hamburgo, grande acionista da Cia. de fumos Santa Cruz e que desde 1967, empresta a sua colaboração técnica à mesma (..). O principal objetivo desta visita do Sr. Schlemker (..) lançamento da nova usina de beneficiamento de fumo em Santa Cruz, que está sendo construída (..). Por sua vez, o sr. Schlemker ficou impressionado com as atuais instalações da fábrica de cigarros de Santa Cruz e, principalmente com a eficiência dos técnicos e operários brasileiros no manejo das ultra-modernas máquinas (..) existentes na Cia e as ampliações que estão sendo feitas...[14]
>
> (...)

Enquanto as fábricas de cigarros e as companhias beneficiadoras de fumo em folha para exportação já estão iniciando a receber a safra 70/71, também já estão chegando aqui os primeiros importadores estrangeiros do "Brasilian Tabacco", que já alcançou fumo em todo o mundo, principalmente o produzido na região de Santa Cruz. (...) No hotel Charrua desta cidade já estão hospedados dezenas de americanos, inglesas, alemães, ho-

[12] Câmara Municipal de vereadores de Santa Cruz do Sul. Ata 23ª, Reunião Ordinária de 09-11-1970, folha 2.

[13] Câmara Municipal de vereadores de Santa Cruz do Sul. Ata 23ª, Reunião Ordinária de 09-11-1970, folha 4.

[14] Gazeta do Sul, 13 de maio de 1970, ano 26 n. 38.

landeses, belgas e franceses que estão aqui para comprar o excelente fumo. Além de utilizar o fumo na fabricação de cigarros nacionais, cerca de 50 % do fumo aqui produzido é exportado, pois dada a alta qualidade do fumo cultivado (…) De dois anos para cá, aqui se estabeleceram os maiores grupos mundiais do ramo do tabaco, fazendo grandes inversões e trazendo riqueza e empregos[15].

A articulação do capital estrangeiro na política e na economia da comunidade de Santa Cruz do Sul é aceita pela elite local, pois a estratégia utilizada pelas multinacionais visa alcançar o apoio desse setor fortalecendo sua identidade regional. Para esse propósito as empresas utilizam inúmeras estratégias, a principal delas é apontada por Vogt (1997, p. 133):

> A conjuntura sucintamente exposta deixou o empresariado local, que se dedicava à comercialização e beneficiamento do tabaco, sem grandes opções. Assim que uma razoável proposta fosse feita, desfaziam-se dos seus negócios. Não esboçaram nenhum tipo de resistência que pudesse ter qualquer conotação com sua suposta divergência de interesses de uma burguesia nacional frente ao capital monopolista financeiro internacional. A transnacionalização do setor deu-se, via de regra, através de um processo gradual de compra: inicialmente o consórcio multinacional injetava recursos em determinada empresa local, ao adquirir parte das ações desta; posteriormente assumia o controle acionário, total ou majoritário do empreendimento, quase sempre mantendo os antigos proprietários ou seus descendentes nas unções administrativas e gerenciais do estabelecimento.

A manutenção dos antigos donos foi à estratégia dos grupos estrangeiros para garantir praticamente todo o apoio da elite econômica de Santa Cruz do Sul. A pesquisa realizada por Cadoná (2002), mostra que os empresários apoiaram, sem restrições, a entrada do capital estrangeiro na economia fumageira.

CONCLUSÃO

O processo de industrialização e internacionalização da economia fumageira passa a ser posto em prática como política de desenvolvimento regional das instituições de Santa Cruz do Sul. Esse engajamento foi visível a partir de 1917 com a fundação da ACI, que possuía uma política especí-

[15] Gazeta do Sul, 27 de Janeiro de 1971 n. 07 ano 27

fica de desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Cruz do Sul. Nesse mesmo período o capital estrangeiro começa aos poucos entrar em Santa Cruz do Sul, com a instalação de uma empresa. Sem despertar antipatia na comunidade o capital estrangeiro vai conquistando terreno no campo político, cultural e econômico de Santa Cruz do Sul. As inovações na área de tecnologia e na área administrativa vão sendo assimiladas pela elite política e econômica de Santa Cruz do Sul.

Do ponto de vista econômico, o engajamento da comunidade em torno da econômica fumageira, é incentivado pela elite com políticas públicas de desenvolvimento regional com a compra de sementes de fumo de melhor qualidade, a construção da ferrovia, a articulação em torno da rodovia, a inclusão de Santa Cruz do Sul nos programas de desenvolvimento industrial do estado e do país visando, assim, aumentar a capacidade produtiva da indústria local.

A elite local se articulava com o governo federal e estadual em três fases: a problemática relação com o PRR e o governo Vargas (1930 – 1945) com sua política nacional de homogenização do Estado brasileiro; os complicados anos de 1945 a 1964, que teve no movimento pela legalidade e o golpe militar; a adesão ao regime militar que deu as bases para a entrada acelerada do capital estrangeiro, a partir de 1966, e que possibilitou, do ponto de vista político, a aceitação da política econômica nacional voltada à abertura para o capital estrangeiro.

A tradição do imigrante alemão, reforçada pela comunidade e suas instituições, vinculavam o sucesso na economia fumageira com tradição germânica. Neumann (2005), afirma que a predominância de imigrantes de mesma etnia na região contribuiu para a especificidade na economia fumageira. Esse ponto foi reforçado pelas fumageiras na Festa Nacional do Fumo e pelas instituições da sociedade civil como a ACI, o Sindifumo, a Afubra amplamente divulgada pela Gazeta. A elite política de Santa Cruz do Sul engajou-se, abrindo as portas da comunidade para o capital estrangeiro, deste modo reforçando a tese de Baumam (2003): "na modernidade, a condição do local é estar aberta ao global".

Recebido em 03/07/2008
Aceito em 20/09/2008

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE SANTA CRUZ DO SUL (ACI). Atas de reunião da diretoria. Santa Cruz do Sul. 1917 a 1968.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 117p.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília: EDUnB, 1992. 978p.

CADONÁ, Marco André. *Expansão e consolidação do Capitalismo e formação da classe industrial em Santa Cruz do Sul (1940 a 1976)*. Relatório de Pesquisa (Departamento de Ciências Humanas – Núcleo de Pesquisa Social. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Santa Cruz do Sul), 2002. 120p.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. A elite política imperial; Teatro de Sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume-Dumará, 1996. 385p.

DUMA, Jean. Sobre as elites: abordagem historiográfica. Tradução Flávio M. Heinz. *Revista História UNISINOS*, São Leopoldo, 07(08): p. 89-103, 2003.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991. 84p.

GODINHO, R.; MONTALI, L.; CAMARGO, C. *Estudos de população* – IV Santa Cruz do Sul. Estudo de Caso: Dinâmica Populacional, Transformações Sócio-Econômicas, atuação das instituições. São Paulo: CEBRAP, 1980. 359p.

HEINZ, Flávio M. Considerações acerca de uma história das elites. *Revista Logos* (ULBRA), Canoas, 11(1): p. 41-52, 1998.

_____. *Perfil da elite política regional*: estudo do município de Santa Cruz do Sul. Relatório de Pesquisa. Departamento de Ciências Humanas. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000. 45p.

JOB, Luciana da Costa. *Os colonos do fumo*: Tobacco pay my bills. Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no Universo da Agricultura Familiar Fumageira em Santa Cruz do Sul Vale do Rio Pardo-RS. 2003. 185p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre.

JORNAL GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul. 1945 a 1968.

KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo*: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 179p.

MALTEZ, José Adelino. *Princípios de Ciência Política*: introdução à teoria política. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1996. 455p.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965. 390p.

MINUZZI, Marcus Vinícius. *O fumo na folha do jornal*: realidades em construção pela trama do discurso jornalístico – o caso Gazeta do Sul e o complexo agroindustrial

fumageiro. 2002. 214p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul.

MONTALI, Lilia. *Do núcleo Colonial ao Capitalismo Monopolista.* produção de fumo em Santa Cruz do Sul. 1979. 167p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

MOSCA, Gaetano. *História das doutrinas políticas desde a antiguidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975. 290p.

NORONHA, Andrius Estevam. *Instituições e elite política de Santa Cruz do Sul no contexto de Internacionalização da Economia Fumageira.* (Décadas de 1960 e 1970). 2006. 160p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul.

NEUMANN, Marines Teresinha. *Narrativas identitárias e associativismo de tradição germânica na região de Santa Cruz do Sul*: O discurso da identidade regional (1850 – 1950). 2005. 157p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul.

PARETO, Vilfredo. *Manual de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 219p.

SCHMIDT, João Pedro. *Comportamento eleitoral e ideologias em Santa Cruz do Sul*: o nazismo, o integralismo e a esquerda, 2004. Disponível em: <http://www.unisc.br>. Acesso em: maio 2005.

SILVA, Mozart Linhares da. *O império dos bacharéis*: o pensamento jurídico e a organização do Estado – nação no Brasil. Curitiba: Juruá, 2003. 390p.

SIMMEL, Georg. Simmel: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. 198p. Coleção Grandes Cientistas Sociais 34. Evaristo de Moraes Filho (org.).

TEICHMANN, Suzana Maria. *Desenvolvendo o turismo*: o resgate histórico da FENAF – Festa Nacional do Fumo – em Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. 116p.

VOGT, Olgário. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849 – 1993)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 278p.